

## Setor de transportes precisa crescer acima do PIB, afirmam especialistas

Debate na Comissão de Serviços de Infraestrutura mostrou a necessidade de maior

crescimento do setor de transportes para acompanhar o desenvolvimento do país. **7**

Raul De Bonis (E), Elisabeth Braga, senador Acir Gurgacz, Norma Ferro Costa e Ailton Brasiense, na CI



Waldemir Barreto

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.234 – Brasília, terça-feira, 18 de maio de 2010

## Oposição aceita votar pré-sal em troca da aprovação do Ficha Limpa

Líderes do DEM e do PSDB anunciam que estão dispostos a votar os projetos do pré-sal, se retirada a urgência e caso o governo concorde com aprovação rápida da proposta sobre inelegibilidade

**P**ara tentar viabilizar a rápida aprovação do projeto Ficha Limpa, de forma que ele possa vigorar já para as eleições de outubro, os líderes dos dois maiores partidos de oposição, DEM e PSDB, vão propor ao governo um acordo em que aceitam votar as quatro propostas do

pré-sal, deixando para depois do pleito apenas a polêmica questão da distribuição dos *royalties*. "Nossa prioridade é o Ficha Limpa. Por isso aceitamos votar o pré-sal, sem a urgência constitucional", disse ontem o senador Agripino Maia (DEM). O acordo, ressaltou, não inclui compromisso de votar a favor. **4**

Genildo Magalhães



Mesquita Júnior apelidou a sua proposta de "conta limpa"

### Mesquita quer dividir doações a campanhas

Senador Mesquita Júnior tem proposta para que as doações sejam depositadas em contas no TRE e repartidas na mesma proporção do fundo partidário. **5**

*especial*  
**Cidadania**

## Em nova política de resíduos sólidos, consumidor divide responsabilidade pelo descarte do lixo **8**

Waldemir Barreto

Senado lança na bienal do livro em Belo Horizonte publicação reunindo toda a legislação eleitoral. **2**



### Proposta do governo dá prioridade às obras do PAC

Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 não veio com o tradicional anexo de metas e prioridades. **3**

### Simon e Suplicy apoiam acordo entre Brasil, Irã e Turquia

Pedro Simon e Eduardo Suplicy destacaram em Plenário atuação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas negociações. **6**

Editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas da Casa, publicação inclui, entre outros textos, o Código Eleitoral, de 1965, a Constituição brasileira e a Lei de Inelegibilidades

## Senado lança na bienal de MG livro com legislação eleitoral

A **LEGISLAÇÃO ELEITORAL e política** é um dos títulos que o Senado Federal está lançando na Bienal do Livro Minas 2010, evento iniciado na sexta-feira e que prosseguirá até o próximo domingo, no Expominas, em Belo Horizonte. A expectativa dos organizadores é que 250 mil pessoas visitem a feira literária, que conta com a participação de expositores.

Como 2010 é ano de escolha do novo presidente da República, dos governadores dos estados, de dois terços dos senadores e dos deputados federais e estaduais, a Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado resolveu publicar *A legislação eleitoral e política*, atualizada até o mês de março. O livro inclui o

texto consolidado da Constituição federal até a Emenda 64/10, no que diz respeito aos direitos políticos e aos partidos.

A obra também contém a Lei 9.504/97, que estabelece normas para as eleições. Essa legislação trata de assuntos como as coligações, as convenções para escolha de candidatos, o registro das candidaturas, a arrecadação e a aplicação de recursos nas campanhas, a prestação de contas, as pesquisas, a propaganda eleitoral e o sistema eletrônico de votação, entre outros temas.

### Competência

A publicação traz ainda o Código Eleitoral (Lei 4.737/65), que define os órgãos da Justiça

Eleitoral, explicita a composição do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais, e disciplina a competência dos juizes eleitorais, além de questões como alistamento, transferência de domicílio do título e representação proporcional.

A Lei Complementar 64/90 é outro texto que compõe o livro *A legislação eleitoral e política*, que está sendo vendido por R\$ 10. A legislação trata dos casos de inelegibilidade e dos prazos de cassação, entre outros assuntos.

Também consta da publicação a Lei 9.096/95, que fixa regras sobre os políticos, abordando temas como filiação partidária e fusão, incorporação e extinção das legendas.

## Arinos e cidade de Tiradentes despertam interesse

O jurista, político, historiador, professor, ensaísta e crítico Afonso Arinos de Melo Franco foi o autor da lei que proibiu a discriminação racial no Brasil. A Lei Afonso Arinos (Lei 1.390/51) incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. A biografia política desse intelectual mineiro está retratada no livro de Virgílio Costa, *Apresentação de Afonso Arinos*, um dos títulos que vêm sendo mais procurados no estande do Senado na Bienal do Livro Minas 2010.

Com 748 páginas e vendido a R\$ 40, o livro inclui cronologia desde o nascimento de Afonso Arinos, no dia 27 de novembro de 1905, até a sua morte, em 27 de agosto de 1990. Estão publicados no livro alguns poemas em homenagem a Arinos, um deles assinado pelo conterrâneo Carlos Drummond de Andrade. *Apresentação de Afonso Arinos* reúne diversas fotografias



Foto de Wailir Rodrigues

Os dois livros também podem ser comprados por meio da internet

das várias fases da sua vida. Também está incluído na publicação o discurso que Afonso Arinos pronunciou na Câmara dos Deputados, como líder da minoria, pedindo a renúncia do presidente Getúlio Vargas, logo após o atentado contra Carlos Lacerda.

Outro livro que tem despertado interesse é *Cidades históricas in-*

*ventário e pesquisa – Tiradentes*, uma parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Conselho Editorial do Senado. Além de Tiradentes (MG), a coleção inclui Parati (RJ) e São Luís (MA).

Qualquer publicação do Senado pode ser adquirida pelo [site www16.senado.gov.br/livraria](http://www16.senado.gov.br/livraria). O frete é grátis.

## Teatro de bonecos empolga adultos e crianças

A autora paulista de publicações paradidáticas infanto-juvenis, Jeanny Matos, interrompeu a sessão de autógrafos dos seus dois mais recentes livros – *Cai não cai hífen* e *A confusão dos acentos* – para assistir ao espetáculo de mamulengo *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte*, exibido ontem no estande do Senado na Bienal.

Cerca de 200 crianças e adultos assistiram à apresentação do teatro de bonecos conduzida pelo servidor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Josias Wanzeller da Silva. Ao final, foram distribuídos para a plateia exemplares de *Jovem Cidadão* e *Eu SENador um Passeio*, revistinhas elaboradas com informações sobre a Constituição brasileira, os símbolos



Crianças assistem a *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte*

nacionais, os poderes da República, a democracia e o Senado Federal.

– A apresentação foi muito legal e a história esbanja criatividade. Os personagens também são bem construídos. Em alguns momentos do teatro de bonecos, até eu gritei. Imagine como as crianças se comportaram. Eu adoro tudo o que é relacionado com arte infantil.

Alguns momentos marcantes foram a entrada do Palhaço da Alegria e o rebolado da dançarina chamada Severina – opinou Jeanny Matos.

Josias Wanzeller apresentará novamente o teatro de bonecos amanhã de manhã, no estande do Senado. O artista está agendando apresentações em uma creche ou hospital infantil de Belo Horizonte.

## Fátima e Serys participam de seminário sobre direitos de LGBT

A Câmara dos Deputados promove hoje o 7º Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais. Em debate, os cenários e as perspectivas de mudança nos direitos da população LGBT.

Na abertura, que contará com a presença da senadora Fátima Cleide (PT-RO), pela Coordenação da Frente Parlamentar da Cidadania LGBT, serão lançadas duas campanhas: “Sou Travesti”, a cargo de Eduardo Barbosa, diretor-adjunto do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde; e “Igual a Você”, com Pedro Chequer, coordenador no Brasil do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids. Também participam Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas,

Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (ABGLT), e Keila Simpson, vice-presidente.

A primeira mesa debaterá a situação dos direitos humanos da população LGBT e será comandada pela deputada Manuela D’Ávila (PCdoB-RS). Um dos expositores convidados é o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência, Paulo Vannuchi.

A segunda mesa, coordenada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MS), tratará de união estável, Estado laico e fundamentalismo religioso sob a perspectiva da comunidade LGBT. O seminário é promovido pelas comissões de Legislação Participativa, de Direitos Humanos e Minorias, e de Educação e Cultura, em parceria com a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT e a ABGLT.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Pré-sal e aposentadorias

14h A sessão é deliberativa. A pauta está trancada por oito proposições, algumas tratando de temas polêmicos, como o marco regulatório do pré-sal e o reajuste das aposentadorias.

### CAS Profissão de comerciante

9h A regulamentação da profissão de comerciante vai ser discutida em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais. As propostas sobre o assunto já foram debatidas com os trabalhadores e agora serão discutidas com empresários do setor.

### CRA Estatuto do Produtor Rural

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa a proposta de Estatuto do Produtor Rural. Também na pauta, projeto sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de eventuais calamidades naturais, ao trabalhador rural que exerça sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar.

### CAE Cobrança da dívida ativa

10h Entre os 16 itens da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, está a proposta que reformula o sistema de cobrança da dívida ativa das fazendas públicas. O objetivo do projeto é dar celeridade à cobrança das dívidas.

### CE Apoio federal ao esporte

11h O primeiro item da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte é o projeto que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Universitário de Apoio ao Esporte. Também será examinado pelos senadores projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas da educação básica.

### CMA Instituto Chico Mendes

11h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realiza audiência pública para debater a atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no Amazonas. Foram convidados para o debate representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr), da Secretaria de Meio Ambiente do Amazonas e do Ministério do Meio Ambiente, entre outros. Após a audiência, a subcomissão temporária criada para acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte faz reunião administrativa para aprovação do plano de trabalho.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

## Estatuto do Produtor Rural volta hoje à pauta da CRA

Em reunião hoje, às 9h30, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deverá examinar, em caráter terminativo, o substitutivo ao projeto de lei que institui o Estatuto do Produtor Rural (PLS 325/06), do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

No dia 4, o projeto foi retirado da pauta da comissão a pedido da relatora da proposta e autora do substitutivo, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que não pôde comparecer à reunião. No mesmo dia, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) também manifestou preocupação com as mudanças feitas no projeto original e defendeu uma discussão mais profunda sobre o assunto.

Entre outras alterações, o substitutivo estabelece, para efeitos de políticas públicas de crédito e financiamento, que o conceito de produtor rural passe a ser definido pela receita (faturamento), e não mais em decorrência do tamanho da propriedade.

O substitutivo também propõe alteração na legislação que estabelece os índices de produtividade, para que estes não considerem somente a evolução tecnológica, mas também a renda do produtor, "que não

pode ser vítima de desapropriação pelo fato de não ter podido vender o seu produto para um mercado recessivo", argumenta Kátia Abreu no relatório do projeto.

O substitutivo estipula ainda, conforme estabelece a Constituição, que nenhum tipo de lei pode ter efeito retroativo, em particular a legislação ambiental que, com a utilização de atos administrativos do Executivo, "tem exorbitado nessa esfera", avalia Kátia Abreu. A senadora entende que um produtor rural não pode ser responsabilizado por um desmatamento feito no passado, como prevê a lei hoje.

"Se a retroatividade das leis for aceita, teremos a instalação do arbítrio e a anulação do próprio Estado de direito", afirma a autora do substitutivo.

Na mesma reunião, a CRA também deverá analisar o projeto de lei que concede seguro-desemprego durante o período de eventuais calamidades naturais ao trabalhador rural que exerça sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar (PLS 577/07). A proposta, do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), recebeu parecer favorável do relator, Gerson Camata (PMDB-ES).



Antônio Carlos Valadares é o autor do projeto relatado por Kátia Abreu



## Escolas podem incluir exibição obrigatória de filme nacional

Duas propostas que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estão incluídas na pauta de hoje da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A primeira delas é o projeto (PLS 185/08) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que obriga as escolas de educação básica a exibirem obras cinematográficas nacionais. Para tanto, o projeto inclui essa atividade como componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, fixando-lhe carga mínima de duas horas ao mês.

No entendimento de Cristovam, o contato com o cinema contribui para o enriquecimento cultural dos alunos e propicia a formação de público para essa arte, tornando-a sustentável e independente do subsídio estatal. A proposta, com parecer favorável da relatora, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), terá decisão terminativa.

### Baixa renda

Também em decisão terminativa, a CE examina proposta

(PLS 174/05) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) cujo objetivo é assegurar ao estudante com renda familiar comprovadamente inferior a dez salários mínimos prioridade de matrícula em caso de empate no processo seletivo.

Em seu parecer favorável, a relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), afirma que os jovens de menor poder aquisitivo concorrem em visível desvantagem às vagas das instituições públicas de ensino superior. Nada mais justo, portanto, do que dar-lhes preferência em caso de empate no processo seletivo.



Cristovam Buarque acredita que medida pode tornar cinema sustentável

Consultorias salientam que o projeto de diretrizes orçamentárias foi enviado sem o tradicional anexo de metas e prioridades, mas que os parlamentares podem criá-lo



O relator, senador Tião Viana (D), entregou ontem seu parecer preliminar à Comissão Mista de Orçamento

## Apenas obras do PAC têm prioridade na LDO para 2011

AO CONTRÁRIO DO esperado, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011 que o governo encaminhou ao Congresso chegou sem o tradicional anexo de metas e prioridades, uma lista de obras que ganham tratamento especial durante a execução do Orçamento do ano seguinte. Dessa vez o governo optou por definir como metas e prioridades as ações constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sem especificar previamente os projetos que estariam enquadrados nesse programa.

Esse é um dos aspectos destacados pelas consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara em nota técnica sobre o projeto da LDO 2011. O relator, senador Tião Viana (PT-AC), entregou ontem o parecer preliminar sobre o projeto à Comissão Mista de Orçamento (CMO). Nos últimos anos, o PAC já havia ganhado *status* prioritário, mas sem que fosse eliminado o tradicional anexo. Nada impede que o Congresso crie o anexo por meio de emenda parlamentar, destacam os consultores.

Quanto ao PAC, eles avaliam que suas ações, que são o carro-chefe dos investimentos do governo, podem até mesmo ser conhecidas só no momento do envio do próprio projeto do Orçamento de 2011 ao Congresso –

até 31 de agosto. Isso se os parlamentares não decidirem fazer a identificação prévia dessas obras na LDO – salvo ainda a hipótese de o Ministério do Planejamento apresentar a listagem antes da votação do relatório preliminar, limite para o envio de alterações ao projeto.

### Meta fiscal

Os consultores reforçam a avaliação de que a meta de resultado primário para 2011 está colocada em termos pouco definidos. Referente à economia que o setor público deve fazer para dar garantia ao pagamento dos juros da dívida, essa meta é prevista em 3,3% do produto interno bruto (PIB) para o triênio 2011-2013. Mas para o ano que vem a meta está fixada em valor nominal (R\$ 125,5 bilhões). Na prática, se o produto crescer mais ou menos do que o valor considerado no projeto, a meta percentual pode ser inferior ou superior aos 3,3%.

Como as despesas do PAC podem ser deduzidas do cálculo da meta, tudo dependerá ainda dos valores orçados para os projetos do PAC no projeto do Orçamento e das despesas efetivas com esse programa. Assim, o resultado a ser produzido poderá ser tanto superior aos R\$ 125,5 bilhões ou muito menor, como salientado na nota.

### Diretrizes

Outros pontos importantes destacados pelas Consultorias

#### OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

O projeto estabelece condições a serem cumpridas antes da decisão do Congresso de suspender os contratos. Isso praticamente inviabiliza a paralisação preventiva.

#### TRANSFERÊNCIAS AO SETOR PRIVADO

O texto elimina a necessidade de critérios de seleção das entidades beneficiárias e torna a contrapartida facultativa.

#### EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES

Se o Orçamento de 2011 não for sancionado até o fim do ano, o projeto da LDO prevê que as despesas obrigatórias possam ser executadas em sua totalidade e as demais liberadas à base de um duodécimo ao mês, seja a dotação para gasto novo ou não.

#### CONTROLE DE DESPESAS PRIMÁRIAS

A mensagem que encaminhar ao Congresso a proposta orçamentária para 2011 fica dispensada de informar que medidas serão adotadas para o controle das despesas correntes primárias, tais como passagens, locomoção e publicidade.

## Parecer abre caminho para anexo ausente no projeto

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, senador Tião Viana (PT-AC), está abrindo caminho para a inclusão, no texto, do chamado Anexo de Metas e Prioridades, onde entram os projetos e as respectivas metas que receberão tratamento especial durante a execução do Orçamento do próximo ano.

No relatório preliminar que apresentou ontem à Comissão Mista de Orçamento, o senador recomenda cinco emendas para sugestões de projetos para o anexo. Esse número valeria para cada um dos senadores e deputados, assim como as comissões técnicas e as bancadas estaduais das duas Casas do Congresso.

Contrariamente ao que de-

termina a Constituição, a proposta de LDO que o governo encaminhou ao Congresso não contém esse anexo, uma peça obrigatória.

A LDO tem por finalidade orientar a elaboração do projeto de Orçamento, que deve chegar ao Legislativo até 31 de agosto. Além das metas, prioridades, e parâmetros econômicos consistentes com a projeção de receitas, essa lei define metas fiscais (economia para pagar juros), tetos de despesas dos três Poderes e regras para liberação de recursos caso o ano se inicie sem que a lei orçamentária esteja sancionada, entre outros temas.

O parecer preliminar de Tião Viana não impõe limites para as chamadas emendas de texto e

para alterações das demais partes do projeto, inclusive dos anexos que se referem às possíveis renúncias de receitas e renúncias previdenciárias, além do descritivo de gastos que devem ficar protegidos de bloqueios ao longo do próximo ano.

### Salário mínimo

Na análise do projeto, Tião Viana observa que o salário mínimo para 2011, a partir de janeiro, deverá ser fixado em R\$ 535,91, com acréscimo de R\$ 25,91 em relação ao vigente. A projeção leva em conta regra de projeto sobre a correção do salário mínimo que tramita no Congresso – soma do índice de inflação do ano anterior medido pelo INPC e da variação do PIB dos dois últimos anos.

## Mudança na Lei Pelé será analisada por quatro comissões

O projeto que modifica a Lei Pelé (Lei 9.615/98) e define novas regras de relacionamento entre clubes e atletas será votado amanhã em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto (PLC 9/10) é um substitutivo da Câmara a proposta do Executivo e determina que até 5% dos valores pagos pelos clubes compradores nas transferências nacionais de jogadores de futebol, definitivas ou temporárias, sejam repassados aos clubes formadores.

Os clubes que ajudam na formação de atletas com idade entre 14 e 17 anos terão 1% do valor da transferência para cada ano de investimento no jovem dentro desse período. Já os clubes que formarem jogadores entre os 18 e 19 anos terão 0,5% por ano.



Pelé dá nome à lei que instituiu normas gerais sobre o desporto brasileiro

## Luiz Fux debate na Comissão de Justiça a reforma do CPC

A CCJ realiza audiência pública amanhã para discutir o novo Código de Processo Civil (CPC). O convidado para o debate é o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, presidente da comissão de juristas instituída no Senado com a finalidade de propor um anteprojeto.

A preocupação fundamental da comissão de juristas, criada em setembro de 2009, foi a de propor alterações que confirmaram celeridade e eficiência à Justiça.

De acordo com Luiz Fux, contribuições para a elaboração da proposta de projeto da comissão foram recebidas por meio de 600 e-mails da comunidade em geral, de 240 sugestões vindas de audiências realizadas em todo o país e de 200 propostas das entidades representativas das classes que atuam no segmento judicial.



Ato do presidente José Sarney criou a comissão para reformar o CPC

Líder do governo vai propor calendário de votações até o fim do semestre, mas ainda há impasse entre dois partidos de oposição a respeito de deixar ou não a análise da questão dos *royalties* do petróleo para depois das eleições



Agripino: o DEM aceita debater *royalties* depois das eleições



Virgílio diz que PSDB concorda em votar pré-sal, desde que sem urgência



Segundo Jucá, governo espera que acordo ocorra ainda nesta semana



Bancada não decidiu sobre partilha dos lucros do petróleo, diz Alvaro

# Líderes buscam acordo para retirar urgência do pré-sal e votar Ficha Limpa

OS LÍDERES DO DEM, José Agripino (RN), e do PSDB, Arthur Virgílio (AM), vão negociar nesta semana a retirada da urgência dos quatro projetos do pré-sal em troca da inclusão imediata na pauta de votações do projeto Ficha Limpa. O que divide os dois partidos de oposição ainda é a questão dos *royalties*: o Democratas aceita deixar o tema para depois das eleições, mas os tucanos ainda não, segundo informou Virgílio.

Agripino explica que a prioridade para o Democratas é o projeto Ficha Limpa (PLC 58/10 - Complementar).

– Por isso, aceitamos votar o pré-sal sem a urgência constitucional, e deixar a questão

dos *royalties* para depois das eleições. Mas é preciso que fique claro que o acordo não envolve o mérito dos projetos do pré-sal, porque somos contra muitos aspectos da proposta do governo. Aceitamos apenas votar, e sem urgência – disse o senador.

Virgílio, que está no Rio de Janeiro para um seminário, confirmou a tentativa de acordo, mas negou que já tenha concordado com o adiamento da votação sobre *royalties* para depois das eleições:

– Não decidimos nada sobre isso. Concordamos em votar, desde que retirada a urgência, porque temos que pôr em votação o Ficha Limpa, que é nossa prioridade, assim como o

aumento para os aposentados. Mas a questão dos *royalties* continua como antes, somos contra o adiamento da votação para depois das eleições – afirmou o líder do PSDB.

O vice-líder do partido, Alvaro Dias (PR), confirmou que houve uma reunião de bancada na última sexta-feira, mas nada ficou decidido sobre a questão da partilha dos lucros do petróleo: “Vamos ainda conversar nesta semana”, garantiu Alvaro.

### Acordo

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), espera que haja acordo ainda esta semana. Ele vai propor ao governo a retirada da urgência, desde que seja

adiada a votação dos *royalties* para depois das eleições.

Jucá acredita que o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/10 – proveniente da MP 475/09, que trata do aumento de aposentadorias –, do qual é relator, será votado na quarta-feira, abrindo caminho para que se votem outras MPs, o Ficha Limpa e os projetos do pré-sal.

O senador aponta três datas para votação dessas matérias: 25 de maio, 8 e 16 de junho. Líderes de governo e oposição devem se reunir hoje para tentar um acordo sobre o cronograma de votações até o final do semestre, mas tudo dependerá do fim da urgência constitucional para os projetos do pré-sal.

## CCJ pode enviar projeto ao Plenário amanhã

O relator do projeto Ficha Limpa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), acredita que será possível aprovar o projeto na comissão amanhã e enviá-lo para o Plenário no mesmo dia.

– Votar no Plenário é outra história. Aí vai depender de acordo em torno da retirada da urgência dos projetos do pré-sal, mas confio que isso será resolvido até lá – disse.

O senador confirmou tam-

bém que não vai mexer no texto que veio da Câmara, a fim de aprovar logo o projeto para que entre em vigor já para as eleições de outubro.

– É uma expectativa de toda a sociedade. Claro que o texto não é perfeito, mas podemos aprimorar depois a lei. O importante é que tenhamos uma lei sobre o assunto já nesta eleição – frisou.

O PLC 58/10 - Complementar foi aprovado pela Câmara na semana passada. A proposta

impede candidaturas de pessoas condenadas pela Justiça, em decisão colegiada, por praticarem crimes de corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas. Também amplia os casos e o período de inelegibilidade, estabelecendo em oito anos o tempo em que o político fica impedido de se candidatar quando for condenado por crimes eleitorais, hediondos, contra o meio ambiente, de racismo e outros.



Demostenes acredita que amanhã comissão deve aprovar Ficha Limpa

## Designados relatores para propostas sobre marco regulatório

Os relatores de Plenário para os quatro projetos que tratam do marco regulatório do petróleo do pré-sal foram anunciados ontem. São eles Tasso Jereissati (PSDB-CE); o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL); Delcídio Amaral (PT-MS) e Edison Lobão (PMDB-MA).

Enviadas pelo governo, as propostas já foram aprovadas pela Câmara dos Deputados e, agora, estão na pauta do Senado. Como tramitam em regime de urgência, trancam a pauta, juntamente com as medidas provisórias, impedindo deliberação sobre qualquer outro assunto até a decisão final.

Na presidência da sessão, Jefferson Praia (PDT-AM) fez o anúncio. Jereissati é relator

do PLC 309/09, que autoriza a criação da empresa Petro-Sal. Já Renan relata o PLC 7/10, que cria o Fundo Social e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos. O PLC 8/10, que trata da capitalização da Petrobras, tem Delcídio como relator. E Edison Lobão (PMDB-MA) ficou responsável pelo PLC 16/10, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção no pré-sal e em outras áreas estratégicas.

Os projetos de lei do pré-sal serão votados depois das MPs 477/09 e 480/10, que abrem créditos extraordinários no Orçamento da União em favor

de vários órgãos do governo federal. Em seguida, vem o PLV 3/10, oriundo da MP 474/09, que fixa em R\$ 510 o salário mínimo vigente desde 1º de janeiro de 2010 e estabelece a política de valorização do piso nacional de salários até 2023.

### Aposentados

O quarto item da pauta é o PLV 2/10, proveniente da MP 475/09, que reajusta as aposentadorias com valor superior a um salário mínimo. O Senado deve decidir se aceita o reajuste de 7,72% aprovado pela Câmara em substituição aos 6,14% fixados pelo governo na MP 475/09. O projeto prevê também o fim do fator previdenciário, redutor do valor dos

benefícios para quem se aposenta com pouca idade mesmo tendo cumprido os anos de contribuição exigidos.

Paulo Paim (PT-RS) apresentou requerimento para votar em primeiro lugar o PLV 2/10, sob o argumento de que as outras MPs que trancam a pauta vencem também em 1º de junho. Mas o presidente do Senado, José Sarney, explicou que o Regimento Interno determina obediência à ordem de chegada das matérias ao Senado. A obstrução da pauta pela oposição até a retirada da urgência para o pré-sal não atinge o reajuste das aposentadorias, mas a votação dessa proposta depende da apreciação de matérias sobre as quais não há acordo.

Conforme projeto de lei anunciado pelo senador, doações em dinheiro serão divididas entre os partidos na mesma proporção do fundo partidário

## Mesquita Júnior propõe mudar doações a campanhas

O SENADOR GERALDO Mesquita Júnior (PMDB-AC) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei determinando que as doações em dinheiro para campanhas eleitorais sejam divididas entre os partidos na mesma proporção do fundo partidário. De acordo com a proposta, tanto as doações feitas por pessoas físicas quanto por jurídicas deverão ser depositadas em conta especial aberta pelos tribunais regionais eleitorais e depois distribuídas.

Mesquita Júnior, que chamou seu projeto de "conta limpa", diz que seu objetivo principal é "tornar mais transparente o financiamento privado dos futuros pleitos, pondo fim às doações de pessoas físicas e pessoas jurídicas por meio dos partidos, uma falha da legislação em vigor". O segundo artigo da propos-

ta prevê que a distribuição dos recursos será feita aos partidos e coligações partidárias, na mesma proporção do Fundo Partidário, prevista no artigo 41-A da Lei 9.096/95.

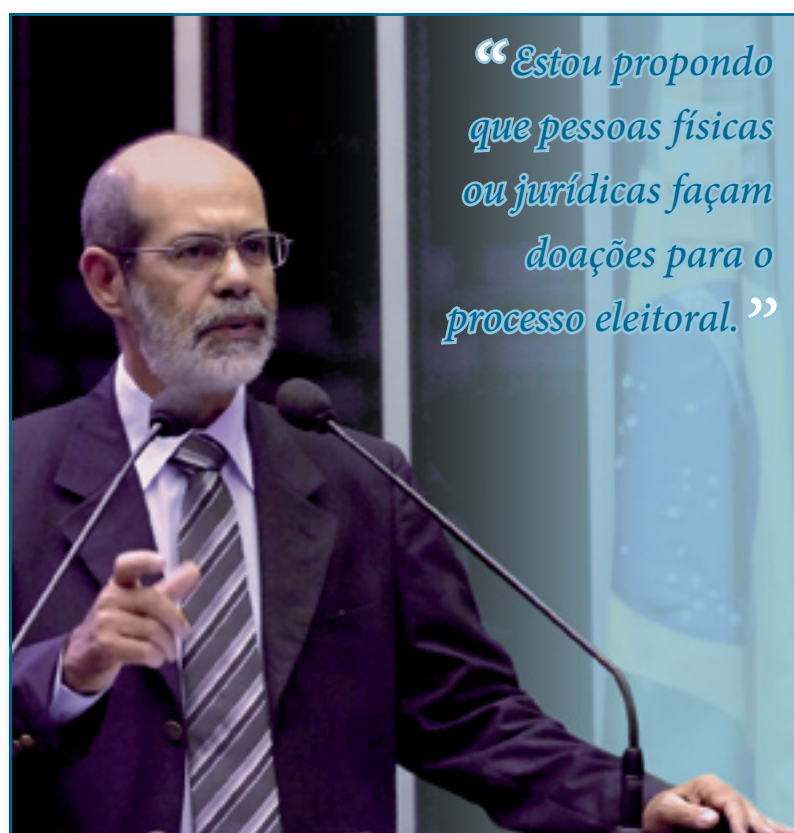
– O que estou propondo aqui é que pessoas físicas ou jurídicas, em vez de doarem para candidatos ou partidos, façam doações para o processo eleitoral – disse.

Para o senador, é preciso desvincular as pessoas físicas ou jurídicas dos candidatos e partidos, levando-as a contribuir, "patrioticamente", para o "processo eleitoral em si". Ele propõe que o dinheiro doado seja especificamente para financiar o processo eleitoral e não conforme os critérios que norteiam a distribuição dos recursos do Fundo Partidário, que são as verbas usadas pelos partidos para administração de sua máquina.

– Eu creio que daríamos um passo significativo no sentido de moralizar a política nesse campo, o financiamento das eleições, em nosso país – ressaltou o senador.

Segundo Mesquita Júnior, em 2006, a Receita Federal divulgou pela primeira vez o quanto deixou de arrecadar para cobrir a renúncia fiscal das empresas de rádio e televisão pela cessão do horário gratuito: R\$191 milhões naquele ano. O senador salientou que, somados aos gastos dos candidatos, de R\$1,369 bilhão, a eleição, no mesmo ano, chegou à cifra de R\$1,56 bilhão.

– Não estamos falando de pouco dinheiro. E há participação de grandes, médias e pequenas empresas, de pessoas físicas, de uma maneira geral, por todo o país – finalizou.



*“Estou propondo que pessoas físicas ou jurídicas façam doações para o processo eleitoral.”*

Fotos de Geraldo Magela

## Papaléo apoia transparência em contas eleitorais

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) parabenizou ontem a "proposta feliz" apresentada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior, para que as doações destinadas a campanhas eleitorais passem a ser depositadas em contas bancárias abertas e administradas pelos tribunais regionais eleitorais (TREs). Esses recursos seriam distribuídos às legendas na mesma proporção do Fundo Partidário.

– Não podemos deixar de perseguir um futuro melhor para a política brasileira, quando os eleitores poderão escolher candidatos pelas suas virtudes – disse o senador.

Papaléo ressaltou que, em estados pequenos como o Amapá, a força de um governador pode ser esmagadora. O senador contou o caso de um amigo empresário que manifestou a sua intenção de votar nele e passou a sofrer perseguição do governo estadual, por meio da Secretaria de Fazenda.

O senador Mesquita Júnior disse, em aparte, que o objetivo do projeto é diminuir sensivelmente a influência do poder econômico no processo político-eleitoral brasileiro, que se tornou um instrumento de apropriação de recursos.

Papaléo também destacou



Papaléo Paes elogiou participação popular na elaboração do projeto

a importância da participação popular no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 58/10 - Complementar, também chamado de Ficha Limpa. Ele lamentou que a matéria não seja uma prioridade para o governo, conforme afirmou seu líder no Senado, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

– A participação popular fica minimizada, desprezada mesmo, quando o governo federal diz, pela voz do seu líder, que [o projeto] não se trata de uma prioridade. São pouquíssimos os exemplos de projetos de lei que tiveram esse tipo de respaldo na mobilização cidadã. Contam-se nos dedos de uma

mão, afirmou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse, em aparte, que há momentos em que não se consegue fazer andar projetos e decisões não são tomadas. Ele lembrou que matérias semelhantes já foram aprovadas pelo Senado, mas se encontram paradas na Câmara.

– Esse projeto conseguiu o milagre de passar incólume pela Câmara. Nós temos que aprová-lo sem emendas – afirmou Simon, referindo-se ao Ficha Limpa.

### Apartes

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse que concorda com a filosofia do projeto, mas tem um "grande temor" de que lideranças e partidos estejam "jogando para a plateia" ao defender rapidez na aprovação. Ele assinalou que todos sabem das dificuldades de aprovar o projeto a tempo de valer para as próximas eleições.

Adelmir Santana (DEM-DF) disse que o que está em discussão é o processo eleitoral futuro. Ele perguntou por que não aplicar aos candidatos os mesmos critérios adotados por qualquer empresa ao contratar um empregado de qualquer nível.

## Cavalcanti sugere barrar "fichas sujas" já nas próximas eleições

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) defendeu ontem a aprovação do projeto Ficha Limpa de modo que possa vigorar já nas eleições de outubro. Ele opinou que, se não entrar em vigor este ano, a proposta será "um engodo", em que os parlamentares "fingem concordar" com os eleitores, "mas atuam nos bastidores para ganhar tempo" e fazer com que a lei vigore apenas depois das próximas eleições.

O senador afirmou que a Câmara dos Deputados "jogou para a plateia" aprovando o projeto de forma célere e os partidos se apressaram a garantir que não acolherão em suas siglas os de "fichas sujas". Entretanto, ele lamentou que o PSDB da Paraíba até agora tenha ignorado a recomendação.

### Projeto

O senador também anunciou a apresentação de projeto de lei estabelecendo que o dinheiro do leilão de um veículo apreendido e não retirado do depósito oficial em 90 dias pague, além das multas e impostos, as despesas com remoção, depósito e procedimentos administrativos. Para ele, não tem sentido não cobrar do proprietário os gas-

tos da Polícia Rodoviária e dos departamentos de trânsito na apreensão e na manutenção de carros apreendidos ou abandonados em via pública.

A ideia inicial de Roberto Cavalcanti era apresentar projeto para permitir que fosse a leilão veículo apreendido ou abandonado, mesmo que ele não tenha multas ou impostos atrasados. Explicou, entretanto, que isso não pode ser feito.

Juridicamente, o leilão de um bem que não deve impostos ou multas é considerado expropriação, por ferir o direito de propriedade garantido pela Constituição.



Para Roberto Cavalcanti, Câmara dos Deputados "jogou para a plateia"



Segundo Heráclito, governo estadual patrocina apadrinhamentos políticos

## Heráclito visita municípios do interior do Piauí

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) relatou visitas a cidades piauienses na semana passada, nas quais fez vários contatos políticos. Participou dos festejos de Nossa Senhora de Fátima em Dirceu Arcoverde, na quarta-feira. Dois dias depois, esteve no município de Bom Jesus do Gurgueia – grande produtor de grãos no estado – onde defendeu melhorias na rodovia Transcerrado, essencial para o escoamento da produção.

Ainda em Bom Jesus, Heráclito visitou o *campus* da Universidade Estadual do Piauí, que não lhe agradou.

– O ex-governador do estado permitiu que a administração derivasse para o apadrinhamento político – afirmou.

Já o *campus* da Universidade Federal do Piauí, no mesmo município, "é um encanto", afirmou Heráclito, que elogiou o trabalho do reitor, Luiz de Sousa Santos

Júnior. De acordo com o senador, a unidade abriga mais de 1.500 alunos.

Ele lamentou não ter visitado os municípios de Curimatá e Santa Rita, como estava planejado, mas registrou a comemoração dos 50 anos do deputado estadual Roncalli Paulo, em São João do Piauí, ao qual compareceram muitos deputados estaduais.

O parlamentar pediu uma apuração efetiva do escândalo sobre um esquema de

aluguel de carros de luxo pelo governo do Piauí, em contrato de R\$ 5 milhões mensais. Afirmou que ninguém entendeu a quantidade de carros de luxo na festa dos 30 anos do PT no estado, mas que agora isso "está esclarecido".

Por fim, Heráclito anunciou a realização do Piauí AgrosHOW, festa que acontecerá de 23 a 26 junho em Bom Jesus. O senador vestiu, na tribuna, o boné que anuncia a festa.

Para o senador, Estados Unidos e demais países devem acatar o compromisso negociado por Lula com os líderes dos dois países no último final de semana

# Simon apoia acordo firmado entre Brasil, Irã e Turquia

O SENADOR PEDRO Simon (PMDB-RS) disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva obteve bem mais do que os países integrantes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) esperavam da reunião mantida no último fim de semana com o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, em negociações que também contaram com o primeiro-ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan.

Para Simon, o acordo deve ser aceito pelos Estados Unidos e demais países, sendo fiscalizado e referendado perante o conselho na ONU. Só depois, disse o senador, sanções deveriam ser pensadas, caso o Irã não cumprisse o acordo com o Brasil.

– Depois de 17 horas de reunião contínua entre Brasil e Irã e depois entre Brasil, Irã e Turquia, o acordo foi assinado. O Irã fornece o urânio, a Turquia faz as operações e entrega o urânio [enriquecido], que só pode usar para fins pacíficos. O acordo foi assinado. O presidente do Irã não fala mais que exige poder usar armas atômicas. Diz a imprensa que há uma interrogação generalizada, que o Irã está se aproveitando da ingenuidade do Lula para ganhar



Foto: Geraldo Magela

tempo. O Irã assinou o acordo e não fala na determinação de não abrir mão de construir armas atômicas. Acho um grande resultado – comemorou Simon, para quem o acordo é uma demonstração de boa vontade de Ahmadinejad que deve ser levada em conta.

Simon criticou a imprensa internacional que trata a questão com “interrogações” e menciona a predisposição de que o Conselho de Segurança da ONU se reúna para adotar sanções mais rigorosas ao Irã. Ele condenou a postura da secretária de

Estado norte-americana, Hillary Clinton, de referir-se ao acordo, intermediado pelo Brasil, como uma tentativa de protelação do cumprimento das determinações daquele organismo pelo governo iraniano.

– Acho que o mundo deve ter a grandeza de cobrar que o Irã cumpra o acordo feito, a fiscalização deve ser feita, desde a ida do urânio à Turquia e no retorno. Mas admitir que o acordo foi feito e vale a pena aceitar o acordo – sugeriu, ao criticar a postura do Reino Unido de insistir nas sanções.

## Para Suplicy, medida contribui para a paz no Oriente Médio

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também comemorou em Plenário o acordo assinado ontem por Brasil, Turquia e Irã. Pelo acordo, o Irã se compromete a enviar para a Turquia 1.200 quilogramas de urânio enriquecido a 3,5% em suas instalações, em troca de 120 quilogramas de urânio a 20% produzido na Rússia ou França. Ele parabenizou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim.

– O presidente Lula e o ministro Celso Amorim marcaram um gol na histórica trajetória do Brasil em suas relações exteriores e, em especial, nesse caso. O presidente Lula, dessa

forma contribui significativamente para que haja paz no Oriente Médio — disse Suplicy, considerando a ação de Lula fundamental para prevenir a ocorrência no Irã de uma nova guerra movida pelas potências, a exemplo da deflagrada contra o Iraque.

Suplicy disse que o acordo nuclear firmado por Lula está sendo visto “como encorajador” pela própria Organização das Nações Unidas (ONU), mesmo que países como os Estados Unidos e Alemanha possam ainda sentir “certa preocupação”.

Suplicy considerou ainda como “um feito” do presidente Lula a libertação no último



Foto: Geraldo Magela

Suplicy também elogiou atuação na libertação de professora francesa

domingo pelo presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, da professora francesa, Florence Reiss, condenada a dez anos de prisão por suposta espionagem depois de participar, em Teerã, de protestos realizados no ano passado contra o governo.

## Adelmir espera aprovação rápida do reajuste das aposentadorias

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) manifestou ontem sua expectativa de que o Senado aprove imediatamente o fim do fator previdenciário e o reajuste de 7,72% para as aposentadorias, conforme projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados. Para ele, “é inaceitável que milhões de aposentados brasileiros, já em idade avançada e com suas obrigações legalmente cumpridas, tenham que arcar com o ônus da ineficiência do sistema previdenciário”.

– É impraticável responsabilizar os aposentados pelos desmandos cometidos, ao longo de décadas, pela Previdência Social brasileira. Se erros foram cometidos, cabe ao governo corrigi-los, mas sem ferir direitos assegurados – disse.

Adelmir Santana afirmou que “a excrecência administrativa chamada fator previdenciário é realmente mais do que uma fórmula de cálculo. É uma artimanha para ferir direitos e confiscar renda de trabalhadores, sobretudo dos mais desprotegidos, os que ganham menos, pois incide fortemente sobre aqueles que



Foto: Waldemar Borreto

Adelmir Santana acredita que reajuste é apoiado pela maioria dos senadores

recebem até quatro salários mínimos”. A aplicação desse fator “traz infelicidade e tristeza para os aposentados, sob a desculpa de que ajudará a Previdência a ajustar suas contas”, disse.

De acordo com Adelmir, os senadores não aceitarão que parcela significativa da população, “que deu o melhor de si durante muitos anos, continue sendo penalizada, submetida às artimanhas administrativas da Previdência e aos artificiosos contábeis do planejamento”.

## Audiência pública vai discutir a atuação do ICMBio no Amazonas

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) ressaltou que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) debate hoje a atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no estado do Amazonas.

O senador, que solicitou a audiência, explicou que o ICMBio vem sendo criticado pelos habitantes de vários municípios do estado, que reclamam da falta de orientação para o cumprimento de normas técnicas, além da aplicação de multas que estariam prejudicando a atividade madeireira local.

Na avaliação de Jefferson Praia, a discussão sobre a atuação do ICMBio no Amazonas precisa ser aprofundada, tendo em vista que 98% do território do estado é de áreas preservadas ou conservadas. Esse percentual foi alcançado graças à criação, em 1967, da Zona Franca de Manaus, cujo modelo favoreceu o surgimento de um parque industrial que reúne hoje mais de 500 empresas, o que contribuiu para a manutenção dos recursos



Foto: Geraldo Magela

Jefferson Praia afirma que o órgão prejudica atividade madeireira

naturais ao longo desses anos, afirmou o senador.

### Voto de pesar

Jefferson Praia também requereu voto de pesar pelo falecimento da secretária de Educação do estado do Amazonas, Cinthia Régia Gomes do Livramento, e de um grupo de funcionários do órgão em decorrência da queda de um avião bimotor em Manaus, na semana passada.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marco Maciel • Geraldo Mesquita Júnior • Roberto Cavalcanti • Papaléo Paes • Jefferson Praia

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Maciel destaca discussão sobre regras para TVs e seus sites

## Maciel elogia seminário do Senado sobre direitos autorais

O senador Marco Maciel (DEM-PE) elogiou a realização do seminário Proteção dos Direitos Autorais e do Conteúdo Nacional em um Ambiente de Convergência Digital, no último dia 11. O seminário foi promovido pelo Senado, em parceria com a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

O senador parabenizou o presidente José Sarney pela realização do seminário e pela "excelente exposição" feita no primeiro painel, "Proteção do conteúdo nacional, produção cultural, soberania e identidade nacional na era de convergência digital".

Maciel destacou, entre os temas do seminário, a defesa de que as regras existentes para emissoras jornalísticas também sejam válidas para os sites que têm conteúdo jornalístico e o debate sobre as pressões que existem contra os direitos autorais.

Marco Maciel relatou a evolução dos direitos autorais, da propriedade industrial e das patentes no Brasil e no mundo, ressaltando que o país respeita acordos e tratados

internacionais desde 1883, tendo ratificado 33 protocolos e acordos internacionais nesses setores.

Ele lembrou que a Constituição "consagra em várias passagens o direito do autor sobre obras literárias, artísticas ou científicas de sua lavra".

– O direito de reprodução implica conteúdo econômico e se incorpora ao patrimônio do autor, assegurando-se uma duração limitada no tempo em 70 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao falecimento do autor – instruiu o senador.

Maciel lembrou que as principais normas de direitos autorais atualmente em vigor estão contidas na Lei 9.610/98 e na Lei 9.609/98, esta última referente a programas de computador. O senador afirmou que essa legislação "já dá sinais evidentes de que carece de reformulações, a fim de dar conta da emergência de novas demandas decorrentes da complexa teia de relações estabelecida com o surgimento de mídias, tecnologias, processos, linguagens, bases materiais e novos atores em uma seara de intensa disputa".

## Fusão no setor de suco de laranja preocupa Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou ontem preocupação com a evolução das indústrias de suco de laranja no Brasil, que resultou na anunciada fusão entre as empresas Citrusuco e Citrovita. Essas empresas, dos grupos Votorantim e Fischer, faziam parte do seleto grupo das "cinco Cs", que domina as exportações mundiais de suco de laranja desde a década de 1990. Com a fusão, o grupo foi reduzido a "três Cs".

O senador citou reportagem do jornal *Valor Econômico* que trata da fusão e suas consequências no mercado. De acordo com o texto, Citrusuco e Citrovita terão, juntas, faturamento total de R\$ 2 bilhões e assumirão a liderança do setor, posto ocupado há décadas pela Cutrale.

A nova empresa será sediada em São Paulo e contará com um braço operacional na Flórida (EUA), os dois maiores polos globais produtores de laranja. A fusão, a ser concluída em nove meses, depende de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Suplicy pediu que o Cade e a

Secretaria de Direito Econômico deem uma atenção especial para essa fusão, que aumentará ainda mais a concentração da produção de suco de laranja no Brasil. Segundo o senador, a Associação Brasileira de Citricultores tem manifestado preocupação com esse dinâmico processo de concentração, que, muitas vezes, causa prejuízos sérios aos produtores e aos trabalhadores que se dedicam à colheita.

– Mas há outra preocupação. Verificou-se que diversos conselheiros do Cade, salvo engano três, estão impedidos de debater e discutir o caso da concentração da área de suco de laranja, exatamente por terem tido algum relacionamento com essas empresas ou as suas instituições – alertou.

Para Suplicy, o Cade precisa funcionar com pessoas que sejam efetivamente independentes para exame de um dos principais setores da agricultura brasileira, que é o da produção da laranja e industrialização do suco de laranja.

Especialistas afirmam que setor precisará crescer nos próximos anos acima do PIB para atender às necessidades geradas pelo desenvolvimento esperado para o país

## "Brasil precisa investir pesado em pessoal para transporte"

O SETOR DE transporte precisará crescer nos próximos anos acima do produto interno bruto (PIB) nacional de modo a atender às necessidades geradas pelo desenvolvimento esperado para o país. Essa foi uma das conclusões dos debatedores de audiência pública promovida na noite de ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI) sobre a formação e capacitação de recursos humanos na área de transportes terrestres. A audiência foi presidida por Acir Gurgacz (PDT-RO).

O diretor da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Raul De Bonis Almeida Simões, afirmou que, para o Brasil enfrentar o desafio de se tornar em poucos anos uma economia competitiva, é preciso que o setor público aprofunde a discussão sobre a importância da recuperação de centros de excelência em capacitação de pessoal

em transportes. Isso porque, segundo ele, a área dá suporte a atividades como economia, meio ambiente, setores social e energético, fundamentais para se atingir o desenvolvimento sustentável.

– Penso no papel que cabe às instâncias públicas de liderar o diagnóstico e a definição de uma política nos pontos estratégicos, com visão de território nacional e a necessidade de incorporar à política ação voltada para instrutores e professores. Nos objetivos da própria formação, transferindo conhecimentos, é fundamental que se tenha um capítulo para formação contínua de professores para permitir que se chegue a níveis de capacitação e formação de que o país necessita.

Raul De Bonis sugeriu a participação dos ministérios da Integração Nacional, da Ciência

e Tecnologia, e das Cidades na avaliação da política a ser adotada e de um diagnóstico preciso que leve a ações planejadas de intervenção e de formação de pessoal. Ele disse que somente no setor ferroviário serão necessários entre 6 e 8 milhões de trabalhadores capacitados. Ressaltou que o sistema perdeu nos últimos anos 30 centros de excelência com profissionais de "alto nível de especialização", criados no século 19.

O diretor da CBTU salientou que a curva de crescimento do Brasil produz "pressões sobre o setor de transportes" que exigem um crescimento do sistema acima do aumento do PIB nacional.

O debate foi mais uma etapa da Agenda Desafio 2009-2015 – Recursos Humanos para Inovação e Competitividade, que a comissão vem desenvolvendo desde o ano passado.



No debate realizado pela CI, Raul De Bonis, Elisabeth Braga, senador Acir Gurgacz, Norma Ferro Costa e Ailton Brasiliense

## Metrô deve agregar área de serviços nas cidades

O transporte ferroviário poderá, em médio prazo, ganhar maior relevância e diminuir o predomínio das rodovias na malha viária nacional, assinalou o presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Ailton Brasiliense. Para ele, a tendência nos próximos anos é o aproveitamento das linhas ferroviárias existentes dentro de um novo conceito de reformulação do entorno das áreas metropolitanas das grandes cidades. O modal ferroviário agregará uma área em que o cidadão poderá ter acesso ao trabalho, ao lazer e a serviços de educação, saúde e outros numa área de poucos quilômetros e integrada a linhas de metrô.

A diminuição da malha rodoviária e o aumento da ferroviária já vêm ocorrendo, segundo dados apresentados por Norma Ferro Costa, coordenadora de Prospecção e Negócios do sistema Sest/Senat. Ela informou que as rodovias ocupam atualmente 68% do transporte, enquanto as ferrovias atendem 26% do setor. Atualmente, segundo a representante do sistema, 65% dos profissionais atuam no setor de transporte de carga, mas há necessidade de investimento na formação em "tecnologia embarcada de ponta" e em informática, devido às mudanças aceleradas no setor.

## Setor quer parcerias para capacitar trabalhadores

A necessidade de se estabelecer parcerias para a capacitação de mão de obra no setor de transporte foi destacada durante o painel na CI.

Norma Ferro Costa, do sistema Sest/Senat, disse que são necessárias parcerias para capacitar 8 milhões de trabalhadores, construir 70 novas unidades escolares e formar 70 mil taxistas. Pediu também que o Ministério da Educação facilite o credenciamento da Faculdade de Tecnologia de Transporte, dizendo que um parecer do Conselho de Educação sobre esta questão estaria "parado há três anos".

Elisabeth Braga, superintendente de Gestão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) salientou o trabalho para capacitar fiscais na área de transporte em nível nacional, com projetos pedagógicos inovadores, e o fortalecimento da regulação, com coordenação da Casa Civil, para que a agência se torne um "modelo regulatório".

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu parcerias e mais integração entre secretarias estaduais e municipais para facilitar a maior oferta de cursos de formação. Ele considera que o grande problema para a implementação das ações está na falta de planejamento adequado e de otimização dos recursos financeiros.

## Coleta seletiva

Por meio da coleta seletiva, economiza-se energia e reaproveitam-se materiais, reduzindo, assim, os impactos na natureza. Evitam-se ainda os danos causados ao meio ambiente e à saúde pública com o descarte inadequado de rejeitos, que pode contaminar o solo e a água.

Se sua cidade não tiver instituído a coleta seletiva, procure a **COOPERATIVA DE CATADORES** mais próxima. Pode ser que um cooperado busque os resíduos em sua casa. Caso contrário, se possível, junte o material para transportá-lo à cooperativa.

Se você mora em condomínio, procure estimular o síndico e os demais moradores para que instituíam a **COLETA SELETIVA**.

O essencial é separar o lixo seco do molhado. Mas juntar os recicláveis por categoria (papéis, metais, vidros, plásticos) facilitará o trabalho de triagem no galpão da cooperativa. Essa é a chamada **COLETA MULTISELETIVA**, de implementação mais complexa.

No caso do vidro e outros **RESÍDUOS CORTANTES**, é importante embrulhar separadamente e identificar, para evitar que o catador, o garí ou responsável pela triagem se firam.

Comprima e amarre os materiais para **REDUZIR O VOLUME**.

Destine o lixo orgânico para a **COMPOSTAGEM** (produção de adubo).

## Pilhas e baterias

**BATERIAS** de celular, de filmadoras, automotivas ou industriais têm resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) determinando a devolução, pelo consumidor, ao estabelecimento que vendeu os produtos ou à assistência técnica.

**PILHAS** comuns, como as vendidas em supermercados, podem ser descartadas para a coleta regular.

## Novas obrigações

Pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, que pode ser aprovada este ano pelo Senado, os consumidores terão a obrigação de dispor o seu lixo corretamente para a coleta pública. Também deverão devolver aos comerciantes ou distribuidores os seguintes produtos ou embalagens:

- ▲ **AGROTÓXICOS**, seus resíduos e embalagens;
- ▲ **PILHAS e BATERIAS**;
- ▲ **PNEUS**;
- ▲ **ÓLEOS** lubrificantes;
- ▲ **LÂMPADAS** fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- ▲ produtos **ELETRÔNICOS** e seus componentes;
- ▲ outros produtos ou embalagens que constituam **RESÍDUO PERIGOSO**.

## Tempo de decomposição

- 🕒 **PAPEL**: 3 meses
- 🕒 **PAPEL PLASTIFICADO**: 1 a 5 anos
- 🕒 **CHICLETE**: 10 anos
- 🕒 **PONTA DE CIGARRO**: 10 a 20 anos
- 🕒 **COURO**: 30 anos
- 🕒 **SACO PLÁSTICO**: 30 a 40 anos
- 🕒 **CADXA LONGA-VIDA**: mais de cem anos
- 🕒 **LATA DE ALUMÍNIO**: mais de cem anos
- 🕒 **GARRAFA PLÁSTICA**: mais de cem anos
- 🕒 **VIDRO**: 4 mil anos

As regras nacionais para a política de resíduos sólidos que estão sendo gestadas no Congresso deverão envolver fabricantes, comerciantes e consumidores

# Destinação do lixo será responsabilidade de todos

UMA DAS PRINCIPAIS novidades da Política Nacional de Resíduos Sólidos, discutida por quatro comissões do Senado no dia 5 de maio, é o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Significa que, quando a proposta virar lei, fabricantes, comerciantes e consumidores passarão a ter cada um a sua obrigação para que o objetivo do marco regulatório seja cumprido: dar ao lixo produzido uma destinação ambientalmente correta.

A nova forma de lidar com o gigantesco problema do lixo urbano vai exigir mudanças de hábitos de todas as pessoas, em casa, na escola, no trabalho. A política de resíduos sólidos (PLS 354/89) estabelece uma ordem de prioridades: primeiro é necessário reduzir a geração de lixo, depois reutilizar, em seguida reciclar o que não puder ser reutilizado.



– O cidadão não poderá mais simplesmente colocar o seu saco de lixo para a coleta. Para a política dar certo, precisamos mudar o padrão de consumo no nosso país, diminuir o uso de produtos descartáveis e o consumo exacerbado – afirma o diretor-executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública (Abrelpe), Carlos Roberto Filho.

Hoje, cada habitante das cidades brasileiras gera, em média, um quilo de lixo por dia. São 150 mil toneladas diárias, conforme o estudo “Panorama dos resíduos sólidos”, da Abrelpe, com base em 2008. Dessas montanhas de rejeitos, 45% vão para lixões ou aterros sanitários que não seguem normas de proteção ambiental.

Além de produzir menos lixo, cada cidadão deve se preocupar com a forma como dispõe os resíduos para entregá-los à co-

leta, separando corretamente os materiais e se integrando em algum programa de reciclagem.

O secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Silvano Silvério, explica que a política não traz as sanções que o consumidor poderá sofrer, por ser um conjunto de diretrizes nacionais e o serviço de limpeza urbana, uma atribuição municipal.

Já o presidente da Associação Nacional de Serviços Municipais de Saneamento, Arnaldo Luiz Dutra, acredita que a aprovação da política de resíduos sólidos, que tem César Borges (PR-BA) como relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), produzirá grande transformação na maneira como o país trata o assunto, embora ela não preveja de onde virá o dinheiro para, por exemplo, extinguir os lixões.

– Com um marco regulatório, há um ambiente mais estável e, portanto, mais recursos.



Sônia Maria Silva, presidente da cooperativa 100 Dimensão: renda varia de um a 1,5 salário mínimo

## Catadores podem ter atividade impulsionada

A política de gestão de resíduos sólidos em discussão no Senado prevê incentivos fiscais para cooperativas de catadores e estabelece que os planos municipais devem prioritariamente criar projetos em parceria com essas associações. A expectativa é que a nova legislação impulse o setor de reciclagem e a atividade dos cerca de 1 milhão de catadores do país.

Criada há dez anos, a cooperativa 100 Dimensão, em Riacho Fundo II, uma das 30 em atividade no Distrito Federal, tem 200 associados e outros 400 em cadastro, aguardando a oportunidade de participar do negócio. No início, eram 27 moradores da localidade que procuravam uma forma de vencer o desemprego.

No galpão da 100 Dimensão, são processadas 120 toneladas de materiais por dia. Cada quilo é vendido para empresas de reciclagem por 50 centavos, em média. Segundo a presidente da cooperativa, Sônia Maria Silva, a renda dos cooperados varia de um a 1,5 salário mínimo. A meta da cooperativa é multiplicar por quatro esse valor, por meio de novas parcerias e aquisição de maquinário de processamento.

– Se a gente tiver uma boa organização, dá muita renda. Se a gente trabalhar direitinho, tem jeito de sair da linha da miséria – afirma.

Sônia reclama da falta de incentivos para as cooperativas e da dupla tributação para a matéria-prima, já que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é cobrado na origem do produto e também depois, quando ele é reciclado.

A cooperativa tem dois caminhões para coletar os resíduos de doadores – um *shopping center*, órgãos públicos e condomínios –, já que em Brasília a coleta seletiva sob a responsabilidade do Serviço de Limpeza Urbana ainda é incipiente. Apenas 8% do lixo gerado na capital é destinado à reciclagem.

A presidente da 100 Dimensão faz uma recomendação básica aos cidadãos interessados em contribuir: separar o lixo seco do lixo molhado, além de destinar a matéria orgânica para compostagem.



Galpão da cooperativa 100 Dimensão, em Riacho Fundo II, no Distrito Federal, que processa 120 toneladas de materiais por dia

## Professora organiza coleta seletiva por conta própria

Professora de geografia da rede pública, Suzimara de Oliveira Mamedio vem fazendo há dez anos, por conta própria, a coleta seletiva de sua casa e das escolas onde trabalha ou trabalhou. Toda semana ela se desloca da cidade vizinha de Samambaia até Riacho Fundo II, com seu carro particular, cheio de resíduos que são entregues à cooperativa 100 Dimensão.

– Em primeiro lugar, eu estou fazendo a minha parte como

cidadã, para o meio ambiente. Quem quer consumir tem que ter responsabilidade – resume.

Suzimara lamenta que ainda seja muito difícil conscientizar as pessoas para a gravidade do problema do lixo e que não haja um sistema de coleta seletiva em sua localidade, pois muita gente até faz a separação entre resíduos secos e molhados em casa, para depois entregar para a coleta comum.

Para resolver esse tipo de

contradição, já que apenas 7% dos municípios brasileiros têm sistemas de coleta seletiva, o Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) oferece um serviço pela internet ou por telefone para o cidadão localizar cooperativas de catadores em qualquer parte do país.

– O que o cidadão pode fazer é buscar a alternativa mais próxima de sua residência – diz o diretor-executivo do Cempre, André Vilhena.

### Saiba mais

**Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre)**  
www.cempre.org.br  
Rua Bento de Andrade, 126 – Jardim Paulista  
São Paulo (SP)  
CEP 04503-000 – (11) 3889-7806

**Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe)**  
www.abrelpe.org.br  
Av. Paulista, 807 – cj. 207 – São Paulo (SP)  
CEP 01311-915  
(11) 3297-5898



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL